

# **REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO**

## **Ø Introdução**

Considerando a importância crescente do papel das Autarquias Locais, no âmbito do apoio social às populações.

Considerando que as Câmaras Municipais podem prestar apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, pelos meios adequados, de acordo com o disposto no artigo 64º, número 4, alínea c), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Câmara Municipal de Mora decidiu instituir o Cartão Municipal do Idoso, que se rege pelo presente Regulamento.

## **Artigo 1º**

### Âmbito

O presente Regulamento estabelece as condições de acesso ao Cartão Municipal do Idoso e o âmbito da sua aplicação.

## **Artigo 2º**

### Objectivo

O Cartão Municipal do Idoso visa contribuir para a dignificação e melhoria das condições de vida dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Mora.

## **Artigo 3º**

### Formas de Apoio

1 – O Cartão Municipal do Idoso garante aos beneficiários uma comparticipação de 50%, na parte que cabe ao utente, quando da aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

a) Este apoio aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso concretiza-se mediante Protocolo a celebrar com todas as farmácias do Concelho de Mora.

2 – Os titulares do Cartão Municipal do Idoso beneficiam igualmente dos seguintes apoios concedidos pela Câmara Municipal:

- a) Desconto de 50% em todas as taxas e licenças camarárias;
- b) Desconto em 50% nos bilhetes do cinema da Casa da Cultura de Mora;
- c) Apoio em pequenos serviços/reparações no âmbito do projecto «Oficina Domiciliária»;
- d) Apoio em materiais nas reparações de casas degradadas ligadas ao projecto «Recuperação de casas degradadas»;
- e) Comparticipação em 50% nas entradas nos Campos de Futebol do Concelho, mediante Protocolo a celebrar com os Clubes de Futebol do Concelho de Mora;
- f) Outros apoios que venham a ser objecto de deliberação da Câmara Municipal.

#### **Artigo 4º**

##### Beneficiário

Podem beneficiar do Cartão Municipal do Idoso os cidadãos residentes na área do Município de Mora, nas seguintes condições:

- a) Reformados;
- b) Pensionistas por invalidez;
- c) Pensionistas por sobrevivência/ Preço de Sangue;
- d) Idade igual ou superior a 65 anos;
- e) Tenham um rendimento mensal que não ultrapasse 350 € mensais;
- f) Residam no Concelho de Mora há pelo menos três anos.

#### **Artigo 5º**

##### Obrigações dos Beneficiários

Constituem obrigações dos beneficiários:

- a) Comunicar à Câmara Municipal, no prazo máximo de 30 dias, sempre que haja alteração ao rendimento;

- b) Informar a Câmara Municipal do recebimento de outro benefício/subsídio e ou pensão concedidos por outra instituição nacional ou estrangeira e destinada aos mesmos fins;
- c) Informar a Câmara Municipal da alteração de residência;
- d) Informar a Câmara Municipal da transferência do recenseamento eleitoral para outro Concelho.

## **Artigo 6º**

### Candidatura

1 – Os requerentes do Cartão Municipal do Idoso devem apresentar a sua candidatura nas Juntas de Freguesia do Concelho, através de Ficha de Inscrição para o efeito, acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Cópia do Bilhete de Identidade;
- b) Cópia do Cartão de Eleitor;
- c) Cópia do Cartão da Segurança Social ou declaração que o substitua;
- d) Uma fotografia recente;
- e) Cópia do último recibo da pensão;
- f) Certidão emitida pela Junta de Freguesia comprovativa da residência com carácter de permanência na Freguesia há pelo menos três anos e da constituição do agregado familiar, referindo obrigatoriamente a existência ou inexistência de rendimentos de natureza patrimonial ou pecuniária;
- g) Fotocópia da última declaração de rendimentos.

2 – Os beneficiários do Cartão Municipal do Idoso devem fazer prova, de dois em dois anos, dos seus rendimentos através da última declaração de rendimentos e ou, se não for o caso, do último recibo da pensão;

3 - Os beneficiários do Cartão Municipal do Idoso devem obrigatoriamente renovar o Cartão Municipal do Idoso sempre que a Câmara Municipal o delibere nesse sentido.

## **Artigo 7º**

### Análise da Candidatura

1 – O processo de candidatura é analisado pelos serviços da Câmara Municipal, cuja decisão é comunicada oportunamente ao requerente.

2 – Caso a proposta de decisão seja de indeferimento há lugar à audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3 – Só haverá lugar à concessão dos apoios previstos no presente Regulamento e à comparticipação das despesas com medicamentos após emissão do Cartão Municipal do Idoso.

## **Artigo 8º**

### Fraude

Em caso de fraude ou de incumprimento do presente Regulamento, o beneficiário perde essa qualidade, reservando-se a Câmara Municipal o direito de, pelas formas legais ao seu dispor, obter a reposição das verbas indevidamente disponibilizadas.

## **Artigo 9º**

### Omissões

Todos os aspectos não previstos no presente Regulamento serão resolvidos através de deliberação da Câmara Municipal.

## **Artigo 10º**

### Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em reunião de Câmara de 20 de Fevereiro de 2002.

Publicado no Diário da República II Série nº 83 de 09-04-2002.

Presente em reunião de Câmara de 29-05-2002.

Aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 28 de Junho 2002.

A presente proposta de alterações foi presente em reuniões ordinárias da Câmara Municipal realizadas nos dias 7 de Julho de 2004 e 21 de Julho de 2004.

Foi dado cumprimento ao disposto no previsto no Artigo 118º do CPA através da publicação das presentes alterações no Diário da República, II Série, nº 211, de 7 de Setembro de 2004.

Aprovadas as presentes alterações em reunião ordinária da Câmara Municipal em 27 de Outubro de 2004.

17 de Outubro de 2004 – Pelo Presidente da Câmara Municipal, (Assinatura Ilegível).

26 de Setembro de 2007 – O presidente da Câmara Municipal, José Manuel Manaia Sinogas.